

ENTREVISTA – JAMES NAYLOR GREEN¹

RELATOS DE PERCURSO: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E POLÍTICA

Entrevistado:

O professor James Green é Graduado em Ciência Política pelo Earlham College, Indiana (1972), e Doutor pela University of Califórnia, Los Angeles (1996). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando, principalmente, nos seguintes temas: ditadura militar, América Latina, Brasil, direitos humanos e homossexualidades.

Marabá, 2021.

Entrevistadores:

Erinaldo Vicente Cavalcanti² — Revista Escritas do Tempo

Diretor da Associação Brasileira de História Oral - Regional Norte (Biênio 2018/2020). Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco, Mestre e Doutor pela Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com Estágio Doutoral (PDSE/Capes) pela Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina. É autor dos Livros Didáticos: Pernambuco de Muitas Histórias: História do Estado de Pernambuco (2012) e História e Geografia de Pernambuco (2015), publicados pela Editora Moderna. Também é autor de Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco - Garanhuns 1958-1964, (EdUFPE, 2012), e autor e organizador de A história e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa, (EdUFPE, 2013), A história e suas práticas de escritas: narrativas e documentos; (EdUFPE, 2014); A história e suas práticas de escritas: leituras do tempo, (EdUFPE, 2016), História: demandas e desafios do tempo presente - produção acadêmica, ensino de história e formação docente; pela EdUFMA (2018) e

¹ Entrevista concedida pelo professor James Naylor Green, da Brown University, realizada durante o 30º Simpósio Nacional de História, ocorrido entre os dias 15 e 19 de julho de 2019, na Universidade Federal de Pernambuco. A entrevista foi realizada pelos professores Erinaldo Cavalcanti e Geovanni Cabral e a transcrição, por Melk Eloi.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). É coordenador do laboratório e grupo de pesquisa iTempo e editor da Revista Escritas do Tempo.

Ditadura militar no Brasil: entre práticas e representações, pelas editoras FGV e EdUFPE (2017). Coordena o laboratório e grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempo - CNPq/Unifesspa), atua principalmente nos seguintes temas: Teoria; Ditadura Militar; Ensino de História, Livro Didático e Formação Docente. É membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica - COMFOR, é parecerista de revistas especializadas como a Revista História Hoje (ANPUH-Brasil). É professor do Mestrado Interdisciplinar (PDTSA) e professor do PPGHIST/Unifesspa (Mestrado Acadêmico).

Geovanni Gomes Cabral³ — Revista Escritas do Tempo

Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, Especialização no Ensino de História - UFRPE, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na linha de pesquisa Cultura e Memória. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e vice coordenador do grupo de pesquisa (iTempo - CNPq) - Interpretação do tempo: ensino, memória, narrativa e política. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Unifesspa - PPGHIST. É Editor da Revista Escritas do Tempo do PPGHIST. Tem experiência na área da História Cultural, Brasil Republicano, História da Educação, Ensino de História, Cultura Popular, Patrimônio e Educação à Distância. Atualmente vem desenvolvendo pesquisas sobre fotografia como fonte documental, nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra - CPT e na Fundação Casa da Cultura de Marabá, envolvendo a área do Ensino de História e suas novas linguagens na sala de aula.

Melk Eloi da Silva⁴ — Revista Escritas do Tempo

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz, FACIBRA. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação

³ Professor Adjunto da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Doutor em História pela UFPE. Editor da Revista Escritas do Tempo.

⁴ Discente (mestrando) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

em História (PPGHIST) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Participa do Laboratório e Grupo de Pesquisas em Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política - ITEMNPO. Atualmente é servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Escritas do Tempo: Gostaríamos, inicialmente, de agradecer ao professor James Green e pedir a ele que narre como ocorreu sua aproximação com os estudos sobre a História do Brasil, em especial a história republicana com foco na experiência ditatorial.

James Green: Na verdade, eu tenho uma história muito complexa relacionado ao Brasil. Conheci um brasileiro exilado nos Estados Unidos em 1973, Marcos Arruda, que era de uma organização da esquerda que se chamava Ação Popular (não participava da luta armada). Ele estava trabalhando em uma fábrica quando foi preso e torturado em 1970. Mas, a família conseguiu tirá-lo do país. Ele estava morando em Washington, onde organizou as atividades contra a ditadura militar. Quando o presidente e ditador Emílio Garrastazu Médici visitou a Casa Branca, em 1971, Marcos organizou um grupo contra a sua visita, denunciando a repressão no Brasil. Juntou-se a um grupo de jovens, cléricos, ativistas contra a Guerra do Vietnã, e organizaram um evento, um ato público em frente à Casa Branca. Há um parque em frente à Casa Branca onde eles fizeram o protesto, denunciando a prática de tortura no Brasil. E ele fazia parte de todo um movimento de pessoas nos Estados Unidos que tinham feito um trabalho de denunciar a ditadura e lutar para a volta da democracia. Então, eu o conheci e fiquei muito impressionado com a sua história.

Logo depois, conheci o grupo de teatro *Living Theatre*, um grupo de atores americanos que havia ido ao Brasil em 1970 ou 1971. Eles foram para Ouro Preto (MG), onde ficaram presos, acusados de usar maconha. Quando voltaram aos Estados Unidos, denunciaram a tortura no Brasil e fizeram uma encenação de tortura, uma peça sobre a situação no Brasil. Eu assisti o espetáculo, que era uma encenação do pau de arara, uma coisa muito violenta, que me chocou muito. Eu já era ativista no movimento contra a Guerra do Vietnã e no movimento LGBT.

Então, comecei a trabalhar com a questão do Brasil, com o grupo de Marcos, em Washington, e tentamos denunciar a situação de repressão no Brasil. Logo em seguida, houve o golpe no Chile, em 1973, e todo o mundo que estava trabalhando com o Brasil

começou a focar na realidade chilena. Isso foi por vários motivos, dentre eles o fato de que havia muitos brasileiros exilados no Chile. No primeiro momento, houve uma preocupação sobre o paradeiro deles, qual seria seu destino. Também o Chile representava outra ditadura militar na América Latina e, como eram uma ditadura visivelmente autoritária, conseguimos conscientizar um certo público americano. Houve a possibilidade de, realmente, ampliar maciçamente nosso trabalho. Sobre o Brasil, o nosso alcance era muito reduzido; sobre o Chile, era muito mais amplo. Isso nos permitiu formar mais de 100 comitês de solidariedade ao Chile, nos Estados Unidos, com muitas atividades. Durante 1973, a partir do golpe, fundei um comitê sobre o Chile — na Filadélfia, onde eu morava — pois já tinha terminado a faculdade.

Em 1974, mudei-me para São Francisco para militar no movimento LGBT (especialmente na sua ala esquerda), ao mesmo tempo em que fazia um trabalho de solidariedade com Chile. Fiz isso durante 2 anos. Em 1976, resolvi viajar pela América Latina com o objetivo de passar um ano conhecendo o continente. A ideia era passar seis meses no Brasil. Acabei ficando seis anos. Eu conheço o Brasil profundo antes de conhecer o Rio e São Paulo. A primeira “grande cidade” no Brasil que eu conheço foi Tabatinga (AM). Não sei se você sabe onde fica Tabatinga, talvez não. Tabatinga, no Rio Solimões, no alto Amazonas. Com uma amiga, a irmã de Marcos, eu entrei pela fronteira colombiana, peruana e brasileira. Pegamos um barco, descemos para Manaus, depois Santarém e Belém. Conheci todo o Norte e Nordeste do País. Minha primeira experiência com o Brasil foi no Norte, na beira do rio Amazonas, vendo a pobreza e os pescadores que chegavam ao barco para vender peixe.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, procurei um emprego para sobreviver. Não consegui, então fui para São Paulo onde consegui ser professor de inglês. Foi justamente no momento da abertura política no Brasil, em 1976 e 1977. Resolvi ficar porque eu achava maravilhoso; eu estava acompanhando uma revolução, uma situação de transformação. Eu fiz contato com pessoas do movimento estudantil, comecei a namorar uma pessoa que era militante da esquerda e participei das mobilizações de 1977, nas ruas de São Paulo, contra a ditadura. E, para poder ficar no País, comecei o mestrado em Ciências Sociais na USP. Participei do movimento estudantil e, paralelamente, do movimento LGBT — vamos dizer, na ala esquerda do movimento, que estava querendo fazer ligações com o movimento operário, com o processo do ABC de Lula e do PT [Partido dos Trabalhadores]. Fiz uma imersão, nesse sentido, durante 4

anos, na política brasileira. Depois, resolvi voltar para os Estados Unidos, em 1982, onde trabalhei em Los Angeles entre imigrantes latino-americanos, mexicanos durante vários anos. Depois, fiz um trabalho sindical. Eu era servidor público, e fui dirigente do sindicato.

Escritas do Tempo: Já tinha concluído o mestrado?

James Green: Não. Eu não terminei o mestrado no Brasil. Eu fiz as disciplinas, mas, na verdade, eu escolhi um tema que era impossível de pesquisar. Era sobre os sindicatos brasileiros e uma associação norte-americana, que se chamava Instituto para o Desenvolvimento de Sindicalismo Livre. Era um trabalho de sindicatos norte-americanos com os pelegos brasileiros, que recebia apoio da CIA e de multinacionais para tentar influenciar os sindicatos brasileiros. Anos depois, a Larissa Corrêa, que estava fazendo doutorado na Unicamp, fez bolsa sanduíche comigo em Brown, utilizou os arquivos que eu tinha, e muitos outros que ela descobriu, para escrever a tese de doutorado sobre essa questão; mas, naquela época no final dos anos 1970 eu não tinha acesso aos documentos. Na verdade, eu não estava preparado para fazer o mestrado; eu não sabia como fazer. Eu estava mais interessado em conseguir visto para poder ficar no Brasil e acompanhar a situação política durante o processo da abertura.

Quando voltei para os Estados Unidos, fui envolvido nas atividades sindicais e comunitárias. Em 1989, resolvi voltar para a universidade e fiz mestrado em estudos latino-americanos na Universidade Estadual da Califórnia em Los Angeles. Depois, entrei na Universidade da Califórnia Los Angeles (UCLA), para estudar a história latino-americana. Na UCLA, fiz meu doutorado e defendi em 1996, o que resultou no meu primeiro livro, “Além do Carnaval”. O livro foi publicado pela Unesp em 2000 e acabamos de lançar uma nova edição. “Além do Carnaval” é uma história sobre homossexualidade masculina no Rio de Janeiro e São Paulo, no século XX, que virou uma obra clássica. É o primeiro trabalho histórico sobre essa questão e sou, em certo sentido, fundador dessa área de pesquisa na disciplina de História. Então, esse foi meu primeiro livro. Publiquei outros livros paralelos a esse sobre a homossexualidade no Brasil. Depois resolvi fazer o livro “Apesar de Vocês: A oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1964-85.”

Escritas do Tempo: Por que você resolveu fazer esse livro?

James Green: Eu estava em um congresso da Associação de Estudos Latino-americanos em Guadalajara, México, em uma mesa de brasilianistas americanos e brasileiros, e um jovem brasileiro que estava estudando nos Estados Unidos saiu da reunião dizendo: “Eu não estou gostando dos americanos que estão passando pelo Brasil. Eles não conhecem a nossa realidade. Eles fazem um trabalho que eu não acho legal, inclusive, não fizeram nada contra ditadura militar”. Eu falei: “Não é bem assim. Os americanos fizeram muitas atividades, porque eu vivi isso quando era jovem.” Ele disse: “Ah é?” Ele não sabia nada, então eu tomei uma cerveja com ele e, durante 2 horas, contei toda a história acerca da solidariedade de parte dos norte-americanos contra a ditadura militar brasileira. A maioria dos brasileiros não sabe dessas ações.

No outro ano eu fui para Brasília para pesquisar nos arquivos do Itamarati. Eu queria escrever um artigo sobre o protesto em frente à Casa Branca, sobre a ida de Emílio Garrastazu Médici a Washington, D.C. para falar com o presidente Richard Nixon. Essa foi a ideia de um artigo simples porque tinha outro projeto, sobre Rio de Janeiro do século XIX, que eu estava trabalhando. Então comecei a fazer o artigo, e quando eu fui lá eu descobri muito material no arquivo, mas nada sobre a visita de Médici a Casa Branca. Eu achei estranho isso, porque foi uma visita de Estado, tem que ter documentação. Negociações, logística. Não encontrei nada. Mas eu copiei muito material que encontrei e comecei a fazer um artigo.

Depois eu voltei no outro ano para fechar o artigo, mas não estava rendendo, estava faltando muita documentação. Então, o funcionário me disse: “mas tem outro depósito de muitos documentos que estão aí espalhados.” E abrimos um galpão enorme onde tinha pilhas e pilhas de documentos, dentro e fora dos arquivos. O primeiro que eu abri (em uma gaveta) era sobre a reação internacional sobre o AI-5, ou seja, todos os cônsules e embaixadas brasileiras, de todo o mundo, tinham que mandar relatórios sobre o efeito do AI-5 no seu determinado o país — Itália, França, Bélgica, Estados Unidos. Eu pensei: “era isso que eu estava querendo”. Então eu consegui copiar 2 mil páginas. O arquivo era muito desorganizado, mas eu descobri uma mina de ouro e, com isso, resolvi contar essa história desconhecida no Brasil, que está no livro “Apesar de Vocês”.

Descobri, escrevendo “Além do Carnaval”, que parte do talento de escrever um texto gostoso e interessante é contar a história das pessoas que participaram dos eventos do

passado. “Apesar de Vocês” é uma história política, mas também sobre as pessoas e as suas histórias de vidas dos brasileiros que foram do Brasil para o Estados Unidos e tudo o que eles fizeram nos Estados Unidos. Também o livro acompanha a história dos americanos para relatar todos os tipos de atividade que fizeram a favor do Brasil e contra a ditadura. Esse foi o meu segundo livro.

Escritas do Tempo: Mas você ainda mantém a sua produção acadêmica com uma militância política, especialmente desde o *impeachment* da Presidenta Rousseff.

James Green: Sim, estava terminando de escrever uma biografia sobre Herbert Daniel que foi da luta armada, quando eu me engajei no movimento contra o *impeachment*. O livro sobre Daniel levou de 8 a 10 anos para ser escrito. Eu só consegui entrevistar a Presidenta Dilma Rousseff, que fazia parte da mesma organização, em Minas Gerais, porque eu estava participando do movimento “Historiadores pela democracia”. Fui para o Palácio da Alvorada para um ato de solidariedade com outros historiadores e os organizadores me colocaram na mesa do lado dela. Eu fui o último a falar antes dela. Depois, comentei com ela: “Olha, estou fazendo um livro sobre Herbert Daniel.” Ela falou: “É? Você o conheceu?” Eu disse: “Não! eu não conheci, mas vou fazer o livro”. Todo mundo queria tirar *selfie* com ela e eu fiquei atrás. Depois, ela disse: “Vem cá, quero falar com você, me conta mais sobre ele!” Eu contei sobre o material que tinha descoberto na pesquisa, e ela ficou impressionada como eu sabia tantos detalhes sobre ele. Na verdade, eu estava muito neurótico para fazer a pesquisa, de pensar que poderia não ter material suficiente. Por isso, eu coleciono coisas demais. Eu tinha feito 80 entrevistas, tudo que eu podia eu consegui. Ela ficou muito impressionada e me convidou para voltar outro dia para fazer uma entrevista que era para ser 45 minutos e durou 2 horas e meia. No final, ela disse: “Bom, acho que tenho um novo amigo.”

A partir desse momento, nós acabamos tendo uma ligação que virou essa amizade. Depois, a levamos para o Estados Unidos, em 2017, e foram duas semanas intensas. Escrevi um ensaio sobre o *tour*, que coloquei no meu *Facebook*, desvendando uma imagem negativa dela. Ela sofreu intensa misoginia durante o seu mandato e foi atacada por ser uma mulher forte. Se fosse homem, tudo bem, mas não era aceitável quando é uma mulher forte fazendo política. Eu escrevi o ensaio que viralizou. Algum jornalista pegou o ensaio e fotos que eu tinha com ela e inventou essa história que ela era minha namorada. É uma história que eu acho muito curiosa porque eu sou um gay muito

assumido. Todo mundo sabe que eu sou gay. Sou casado com um homem há muitos anos. Tudo isso era muito engraçado, mas era *fake news*. E eu acompanhei a brincadeira, achando muito engraçado.

Quando houve as eleições de 2018, eu já sabia que a direita iria ganhar. Eu já estava pensando em como organizar um movimento de solidariedade com o Brasil nos Estados Unidos. Estava indo para o Brasil para assistir ao primeiro turno e, no ônibus da minha universidade para o aeroporto, escrevi um manifesto, “Ele Não” (inspirado nas mobilizações organizadas por mulheres contra Bolsonaro). Do aeroporto mandei o manifesto a 50 pessoas, colegas universitárias, pedindo as assinaturas iniciais para depois lançar o manifesto. Quando eu estava viajando de Boston para Atlanta, umas 25 pessoas me responderem. Eu peguei esses 25 nomes e mandou para uma lista de 200. Quando eu cheguei do Brasil já tinha 300 assinaturas. Então, já percebi que os nossos colegas brasilianistas estavam respondendo corretamente e fizemos a campanha, “Ele Não” entre o primeiro e segundo turno da eleição de 2018. Já sabia que a gente ia ter que organizar uma rede nacional de solidariedade. Fiz uma chamada para uma reunião nacional em Nova Iorque em 1º de dezembro de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade da Columbia. Assistiram à reunião 200 pessoas, e fundamos a Rede nos Estados Unidos pela Democracia no Brasil.

Escritas do Tempo: Sobre a experiência ditatorial e a ameaça à democracia, como um pesquisador na temática e estrangeiro, que leitura você faz sobre estarmos, hoje, vivendo uma situação de real ameaça à democracia, ao estado democrático de direito através de um governo que se elegeu defendendo abertamente a ditadura militar? Quando eu estava pesquisando os arquivos durante o mestrado e o doutorado não imaginaria a possibilidade de vivermos um golpe, como ocorreu em 2016 e os desdobramentos que estamos presenciando, colocando nossa democracia em risco. Como você lê essas experiências?

James Green: Acho que todos sentiam que o mundo iria melhorar, cada vez mais, que seria mais glorioso, que o futuro seria mais democrático, mais inclusivo, mais justo e social. Agora, acho que a gente tem que voltar para alguns conceitos utilizados no passado e temos que reusá-los de outra maneira. Por exemplo, realmente existe uma luta de classe, hoje em dia, no Brasil. Mesmo sendo governos reformistas que não estavam questionando o capitalismo, nem destruindo o futuro do capitalismo, o fato de o PT

contar com o apelo popular e a possibilidade de a direita brasileira não ter acesso ao Estado provocaram o golpe. O PSDB entendia que Dilma Rousseff ia para dois mandatos, depois Lula poderia voltar e ter dois mandatos, depois outra pessoa da esquerda e, assim, nunca iria ter acesso ao Estado e todas as possibilidades de usar o Estado para os seus interesses econômicos, políticos e sociais. As transformações sociais dos governos do PT, que vocês conhecem bem aqui no Nordeste, são mínimas, mas foram significativas porque o governo de Lula foi o primeiro na história do País em que realmente havia uma preocupação com as pessoas mais pobres, mais carentes, de baixa renda. Na abolição de escravidão, em 1888, as pessoas escravizadas foram libertas, mas o governo não fez nada para ajudá-las. Inclusive falavam: “A gente vai contratar italianos e outros europeus para concorrer com vocês, para vocês não terem nenhuma possibilidade. Vão ficar os mais marginais dos marginais no trabalho, na cidade ou no campo.” Então, nunca houve uma preocupação real com os setores mais pobres, com exceção do governo de Vargas, no seu último mandato, e do último ano do governo João Goulart.

Lula e Dilma, na medida do possível, com todas as suas limitações, fizeram isso. Isso foi uma revolução em certo sentido. Isso mexeu muito com a casa grande e a senzala, porque, de repente, as classes médias se sentiram muito ameaçadas. Era um privilégio das pessoas de pele branca mandar seus filhos para a escola privada para passar no ENEM e entrar em uma universidade federal sem pagar um tostão para ter uma carreira profissional privilegiada. E, de repente, houve os resultados do movimento negro e os movimentos sociais que reivindicaram cotas, exigindo a possibilidade de pessoas carentes terem acesso a universidade. Isso abala o sistema. Outra situação é a conquista de direitos básicos, como ter garantia salarial. A classe média tinha que pagar um salário descente para uma empregada doméstica. Antigamente, você tinha faxineira, tinha motorista, tinha outras pessoas que ajudavam, agora não, porque tem que pagar. Então, é culpa de quem? É culpa de Dilma e de Lula.

Essas reações sociais, essas mudanças sociais ameaçavam muito, além dos muitos erros do PT e a corrupção que houve em todos os partidos, mas que a mídia e a direita, como bem sabemos — com as revelações do Glenn Greenwald — evocou sobre o PT para realmente evitar que Lula fosse candidato a presidente. Isso é a realidade, mas a gente tem que entender que o processo brasileiro faz parte de um processo internacional da ultradireita consolidada. É uma reação contra as conquistas democráticas nos últimos 60

anos no mundo ocidental. Por exemplo, a libertação da mulher e sua independência criaram uma reação conservadora religiosa, tanto no mundo ocidental como nos países muçulmanos. Outro exemplo: há uma crise econômica e ambiental mundial que provoca a imigração de milhares e milhões de imigrantes do Sul para o Norte, o que cria uma reação xenofóbica.

No Brasil, é uma tentativa de setores econômicos e sociais privilegiados de reafirmar seu controle sobre a sociedade. Isso é o que está acontecendo. A gente tem que entender que, se avançarmos em uma dinâmica dialética, vai ser provocada uma reação. Nós temos que mobilizar outra reação a essa contrarreação para avançar de novo. Porém, apesar de ser um País com instituições democráticas muito fracas e pobres, em vários sentidos, (posso explicar mais sobre isso), eu acho que as conquistas democráticas são sólidas no sentido de que, por exemplo, não vão poder tirar os direitos das pessoas LGBTQIA+. As pessoas de baixa renda, afrodescendentes e indígenas que entraram nas universidades nesses últimos 8 a 10 anos, mesmo sendo um curto período, não vão aceitar um status marginal depois disso. Nós temos que nos unir para realmente fazer a nossa contraofensiva. Vai ser difícil, mas vamos vencer. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre isso, mas vai ser uma luta dura em vários sentidos.

Escritas do Tempo: Professor, eu queria explorar uma outra questão. Na conferência que você realizou no Simpósio da ANPUH, foi feita a menção ao golpe de 2016. Ainda me parece que alguns intelectuais que trabalham com ditadura não se sentem confortáveis em denominar “golpe”. E, às vezes, parece-me que ainda usam como referência o modelo do golpe de 1964, o que evidentemente não procede; é outra experiência, é outra configuração. Então, sobre o ocorrido em 2016, como você percebe e como está sendo visto no exterior?

James Green: Para mim foi golpe, porém, você tem que traduzir isso para um público que talvez não tenha clareza sobre essa questão. Eu concordo com essa terminologia, só que tem que ser explicada para as pessoas. Eu acho que fica evidente quando, por exemplo, o STF vai fazer o possível para condenar Lula, quando Dilma o chama para ser chefe da casa civil, no momento em que é necessário criar laços mais fortes com o congresso, porque o congresso já estava tirando o seu apoio à Dilma por causa da decisão de processar Eduardo Cunha por corrupção. Sabemos agora, claramente, como isso foi organizado para desacreditar, deslegitimar Dilma. Sabemos que eles fizeram

todo o possível para processar Lula para que ele não fosse candidato à presidência. Eles usaram fachadas supostamente democráticas para fazer coisas antidemocráticas.

Isso aconteceu em 1964, então, a analogia é válida. Em 1964, eles mentiram que João Goulart tinha fugido do País, tinha abandonado o País, para dizer que a presidência estava desocupada. Isso é um absurdo, pois João Goulart estava no Rio Grande no Sul na sua fazenda. Ele não tinha dito “eu renuncio”, como o Jânio Quadros tinha feito. Ao contrário, decidiu não resistir, porque ele não queria uma guerra civil, mas ele estava legalmente presidente quando o congresso acabou com ele. Os golpistas usaram argumentos formais e legais para justificar essa ação antidemocrática. Os militares (e Michel Temer, atualmente) e as pessoas no poder que, naquele momento, apoiaram o golpe de 1964, tinham a preocupação de fazer parecer legítimo, uma legitimidade democrática. Naquele momento, o discurso produzido e circulado era “a gente está seguindo a constituição, está tudo legal, ele fugiu, a gente tem que indicar outra pessoa”, que foi o presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli. Depois, tinham que escolher uma pessoa para assumir a presidência. “Ah, então quem vamos escolher? Um general!” Mas, como um General? As Forças Armadas estavam proibidas de fazer política e, de repente, um general pode ser presidente. Isso era proibido pela lei. Depois, você inventa os atos institucionais. Eles afirmam que a legitimidade não é do povo, não é da constituição, é da revolução. Eles que decidiram o que é a revolução.

Qual é a situação com Dilma em 2016? Inventaram essa história das pedaladas fiscais, coisa mais ridícula que existiu, porque todos fizeram isso antes. Tudo bem, pode fazer uma moção de repúdio, mas tirar ela da presidência foi um absurdo. Nesse sentido, foi uma ação extralegal, manipulada por uma maioria que não tinha mais confiança nela, e fizeram isso. Então, formalmente, era um *impeachment*, que seguia as regras, mas não era no contexto de um regime democrático transparente, e contou com a ajuda da mídia e com a mão de pessoas corruptas. Depois, Michel Temer foi indicando várias pessoas condenadas por corrupção para ser parte de seu gabinete. E o próprio Eduardo Cunha, que presidiu o *impeachment*, logo depois foi condenado por corrupção. E ficou evidente, internacionalmente, na medida em que as pessoas conseguiram entender o que estava acontecendo. Para mim, após as revelações do Glenn Greenwald sobre a Operação Lava Jato, fica evidente que foi uma conspiração para derrubar Dilma e, depois, Lula, com a colaboração de parte do Judiciário, setores políticos e setores

econômicos. Eles queriam terminar o projeto do PT, para que outros setores, que apoiaram os seus interesses, pudessem assumir o poder.

Escritas do Tempo: Em relação a essa última parte que você fala na mídia — eu queria explorar um pouco mais — como que você vê a participação da mídia nesse processo?

James Green: Durante 5 anos, todas as noites, o Jornal Nacional enfatizava alegações de corrupção só atribuídas ao PT. Nunca falaram do PSDB. Nenhuma notícia sobre o PMDB. Nada sobre outras pessoas. Criou-se uma noção, na cabeça das pessoas, mesmo aqui no Nordeste, de que o PT é corrupto, Lula é corrupto, Dilma é corrupta. Dilma nunca foi acusada, seriamente, de nenhuma ação de corrupção. Só que muitas pessoas imaginam que Dilma era corrupta. Lula, por exemplo, esse processo do triplex é insustentável, possivelmente ele foi até lá, e brincando disse: “Olha eu quero comprar seu triplex, eu quero ter um triplex no Guarujá, quanto que é?” Mas ele nunca foi dono do apartamento. É um absurdo isso, era só para condenar Lula e não deixá-lo participar das eleições em 2018. A mídia comprou isso, era parte dessa iniciativa para derrubar os governos do PT.

Ficou evidente, nas mobilizações de 2013, quando a mídia estava condenando os estudantes do grupo Passe Livre, em São Paulo, de repente percebe-se que um setor da direita está participando das mobilizações e houve uma possibilidade de enfraquecer o governo. De um dia para o outro, a *Folha de São Paulo* e *Estadão* conclamaram as pessoas a participar nas mobilizações. Eles estavam condenando os protestos na semana anterior e, depois, estavam dizendo “amanhã vai ter passeata em tal lugar.” Eles perceberam que havia a possibilidade de derrubar o governo e fizeram isso como fizeram em 1964. Grande parte da mídia participou do golpe nesse sentido. É muito triste tudo isso, mas é a verdade.

Escritas do Tempo: Falando, agora, nessa última parte, lembrei-me do documentário que foi lançado recentemente, “Democracia em Vertigem”, que também reforça essa interpretação.

James Green: Eu acho que esse filme vai ter uma utilidade muito legal para nós que trabalhamos no exterior, porque ele dá uma narrativa pessoal sobre a Petra Costa e a relação com a sua família, mas também dá uma explicação didática sobre o *impeachment*. Eu acho que vai ajudar bastante as pessoas a conhecerem a realidade

nesse momento da história do País. Para mim, foi muito difícil assistir, porque vivi todo esse processo. Mesmo morando longe, eu lia os jornais brasileiros todos os dias. Comunicava-me com meus amigos diariamente pelo *WhatsApp*. Então, eu estava em todos os momentos agonizando por vocês aqui. Foi muito difícil ver o filme porque são duas horas em que você está acompanhando essa situação, esse golpe, esse movimento da direita, e sentindo toda essa dor de ver como eles foram canalhas em todos os sentidos. É uma indicação de que vai ser muito difícil recompor, reconstruir e conseguir forjar uma nova frente democrática ampla para derrotá-los e seguir os projetos progressistas para a Nação.

Escritas do Tempo: “Derrotá-los”, como você acabou de falar professor. Como você avalia, por exemplo, a ascensão — até assustadora — desses grupos de extrema-direita? Nós temos presenciado, cotidianamente, diferentes ações que muitas vezes nos deixam perplexos.

James Green:

Eu acho que existem três elementos. O primeiro elemento é entender que a direita no país sempre existiu. Chama-se Integralismo, chama-se nazismo, chama-se União Democrática Nacional (UDN), chama-se Aliança Renovadora Nacional (Arena). Eles ganharam, a partir de 1964, basicamente 30% do eleitorado. Pessoas que votaram na direita, direita católica, direita econômica, classes médias conservadoras, e outras pessoas que apoiaram a política da UDN. Essa direita existe ainda. É uma direita que, durante muitos anos do período democrático, ficou calada, ficou com discursos democráticos para não ser atacada, mas mantinha suas ideias. E o que aconteceu em 2013? Tirou-se a máscara e as pessoas passaram a falar o que achavam. As classes médias conservadores criticaram essas transformações sociais dos governos de Lula e Dilma, inclusive as reformas limitadas.

Interrompeu um código social de cordialidade que sempre foi um comportamento falso embutido na cultura brasileira. Eu acho que essa cordialidade é um legado da escravidão, quando se tem uma situação em que uma minoria branca tem uma maioria negra na sua fazenda, no seu engenho, na sua casa. A minoria branca precisa criar códigos bem estabelecidos de cordialidade para evitar uma situação muito incômoda. Então, você está punindo se você viola esses códigos de cordialidade.

Tem um lado positivo desses códigos, mas você nota que toda essa deferência é aprendida em uma sociedade, altamente hierarquizada, em que o peão, o camponês, a pessoa escravizada tinha que ter respeito exagerado ao senhor, à senhora da casa. E eles exigiam isso para manter a sua ordem de uma minoria dominando a maioria.

Essa máscara de cordialidade foi eliminada nesse momento. Sabemos como as famílias estão rachadas, pessoas não se falam, e tem pessoas que ainda usam do anonimato, na mídia social, para falar besteira. Também tem os robôs e outras pessoas que são contratadas para fazer comentários da forma mais grosseira possível. Eu estava com Jean Wyllys, na semana passada, indo para a parada LGBT no Rio de Janeiro. Estávamos saindo da casa dele, virando a esquina, indo para Avenida Atlântica. Tinha uma senhora de 65 anos de idade, com duas meninas, que eu acho que eram suas netas, gritando besteiras contra Jean Wyllys. Com duas meninas ao lado dela! Eu fiquei chocado. Gente, o que é isso? Ela e outros recebendo *fake news* sobre Jean Wyllys, dizendo que ele era pedófilo, todas essas mentiras que circulam e nas quais ela acredita; e vai atacando esse “cara” que é uma pessoa doce, maravilhosa, fabulosa, um baiano muito carinhoso.

Então, isso é no que chegamos, e a direita incentivava isso, combinado com a expansão de uma direita evangélica Cristã. Eles têm um projeto muito inspirado no projeto norte-americano em que a direita religiosa apoia os republicanos com a sua agenda conservadora. Parte dessa reação conservadora de morais e de costumes é contra as transformações dos últimos anos: a independência das mulheres, a libertação dos *gays*, das lésbicas, e o respeito às travestis. Essas igrejas mobilizam as pessoas com uma nostalgia para um passado que nunca existiu. E as pessoas muito carentes recebem na igreja uma sensação de estabilidade, de ter uma rede social de apoio, de uma noção de moralidade. Tem um marido que bebia e agora não bebe mais porque Jesus o salvou. Há uma certa ordem social dentro do caos do capitalismo selvagem que agrega essas pessoas como uma ideologia reacionária. E os pastores manipulam para manter os seus seguidores, suas igrejas, suas companhias, seus templos, suas multinacionais e suas fortunas. Então, essa é a nova realidade que vivemos. Vai ser muito difícil porque, infelizmente, a grande maioria dessas pessoas está comprometida com essas visões conservadoras. A gente vai ter que conquistá-los de novo.

Escritas do Tempo: Já encaminhando para algumas questões finais da nossa conversa, gostaria que você expandisse um pouco mais a sua leitura sobre esse crescimento das

religiões neopentecostais. Nós trabalhamos, (eu e o professor Geovanni Cabral), em uma cidade no Norte do Brasil — Marabá (PA) — em que se percebe uma imensa proliferação de igrejas neopentecostais (e essa não é uma singularidade da referida cidade) e, cada vez mais, é perceptível que elas estão elegendo vereadores, deputados estaduais, deputados federais. Como que você percebe esse movimento?

James Green: É uma coisa irônica, porque, na verdade, é um tipo de capitalismo que produz a situação social em que as igrejas respondem à pobreza, à falta de emprego, às pessoas viciadas em drogas ou alcoólatras e tudo isso. E cria, por meio da igreja, redes de apoio e de solidariedade, e ligações com a sociedade. Isso soluciona, individualmente, os problemas das pessoas. Uma coisa que a Igreja Católica fazia por meio das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) nos anos 1960 e 1970, e que agora vem sendo cumprido pelos evangélicos, mas combinado com um projeto pró-capitalista, pregando o evangelismo de prosperidade. Se você tem um problema, você pode superar com essa crença em Jesus. Se você acredita em Deus, acredita na igreja e acredita no pastor, você vai ganhar dinheiro, vai conseguir essa prosperidade. É um discurso muito pró-capitalista, e eles perceberam, nos últimos 15, 20 anos, que é uma possibilidade de não somente terem uma influência sobre os seus seguidores e sobre outros elementos para manter seus negócios (seja um pastor que vive disso, uma companhia, uma igreja, que é quase uma multinacional). Ao mesmo tempo, podem usar os canais políticos para ter mais influência e mais benefícios para suas igrejas. Um deputado ligado a uma igreja pode usar uma emenda parlamentar para dar infraestrutura à comunidade onde a sua igreja está. O pastor pode dizer “eu consegui o pavimento das ruas da comunidade onde está a igreja, agora você tem que me eleger como vereador, como deputado e eu vou solucionar os seus problemas”. Isso é uma coisa que a esquerda fez, mas acabou fazendo de uma maneira menos eficaz. E a direita aprendeu a fazer isso e está fazendo isso muito bem. E vai crescer ainda mais.

Escritas do Tempo: Pensando nessa perspectiva, e acompanhando esse movimento da extrema-direita, que não é só no Brasil, nós temos diversos exemplos de que um dos focos de ataque desse movimento plural, com muitos interesses envolvidos, é o ataque às universidades, em específico nas Ciências Sociais, Humanas e, se quisermos dizer, na História. Como você vê o desafio da História enquanto área de conhecimento, enquanto espaço de formação intelectual, frente a essas mudanças, a esses desafios?

James Green: O Bolsonaro acerta o alvo em certo sentido. O foco da resistência, o foco da produção do conhecimento e das visões críticas à sociedade estão nas universidades onde as pessoas estão pesquisando a realidade e trabalhando sobre a realidade (seja a realidade histórica, seja a situação atual), dando respostas e criando uma corrente progressista para a transformação da sociedade. Então, ele está atacando, justamente, essa zona onde estão as pessoas que formam as novas gerações de jovens críticos da realidade. E, nesse momento, mais pessoas das classes menos privilegiadas — que estão nas universidades por causa das cotas, que estão questionando toda a sociedade, que vêm de famílias muito pobres — conhecem a realidade e estão adquirindo os instrumentos para entendê-la e tentar transformá-la. Em outro sentido, em outro momento, Paulo Freire fazia isso quando começou os projetos de alfabetização no Nordeste. Camponeses, pessoas pobres estavam aprendendo a ler através do conhecimento da sua realidade.

São jovens universitários que estão aprendendo a realidade, entendendo a realidade, analisando a realidade e transformando a realidade. Por isso, as universidades estão sendo atacadas. É um erro enorme do governo fazer isso. Primeiro, porque acabou unindo as pessoas das ciências, das Ciências Sociais e da História. Primeiro, atacaram a Sociologia e a Filosofia, depois atacaram três universidades que não podiam ter um impacto nacional. Depois, atacaram todas as instituições com essa proposta de 30% de corte dos recursos dirigidos às universidades públicas. Unificou as pessoas das ciências sociais, humanas e exatas; pessoas até menos politizadas, menos engajadas. “Gente, vão cortar minha pesquisa que estou fazendo contra febre amarela! Estou trabalhando em química ou engenharia; por que estão cortando as verbas na minha área? Vão cortar as possibilidades de a gente ter uma oportunidade de estudar fora!” Foi impressionante, uma estupidez que ele fez, que acabou unificando as universidades. Notou-se isso nas mobilizações.

Só que, com uma situação muito instável, agora, as pessoas não sabem exatamente quais são os instrumentos de luta, quais são os rumos e como manter a mobilização. Eu não sei o que aconteceu com a reunião dos reitores com o ministro de educação, mas eu imagino que tenha havido uma frente única aí. Eu acho que ele vai recuar na medida em que os reitores conseguirem manter essa frente única. Vai ter muitas necessidades, muitas frentes únicas democráticas para resistir nesse momento. Porque ele está na ofensiva, ainda, e nós estamos na defensiva. Então, a gente tem que criar uma barreira

muito forte para evitar essas ações do governo e vamos ver as correlações de forças nesse período que vem. É um governo fraco, mas que tem a sua base de apoio.

Escritas do Tempo: Eu queria, ainda, explorar um pouco mais essa questão, no que diz respeito a como você percebe os desafios de ensinar História nesse tempo atual, no tempo presente, na seguinte perspectiva: hoje, a História é uma narrativa disputada e atacada por diferentes pessoas, diferentes plataformas e em diferentes meios, frente a esse cenário que estamos vivenciando, a essas mudanças que estamos passando. Como você identifica os principais desafios de se ensinar História, formar professores para ensinar História frente a isso?

James Green: Sempre a História foi uma disputa de ideologias e de interesses. Isso não mudou. Aqui no Brasil, vocês estão sob ataque, vocês estão sentindo que é uma situação muita crítica. De repente, vocês têm alunos que estão filmando vocês, que estão criticando o conteúdo das suas aulas; talvez vocês estejam fazendo uma leitura sobre interpretações da história que a direita não vai gostar. Nesse sentido vocês estão na defensiva, com toda razão, porque a direita está tentando eliminar a autonomia universitária, a liberdade de expressão, o direito do professor de oferecer a sua interpretação sobre processos históricos, a sua leitura sobre o passado.

Eu vivo uma situação um pouco diferente, porque moro no Estados Unidos e só dou aula sobre História do Brasil; na minha universidade, são poucos os professores que têm esse privilégio. No departamento de História da Brown University, há oito professores que ensinam a História da América Latina. Hoje em dia, eu tenho o luxo de só ensinar História do Brasil. E eu trabalho com alunos que têm muito pouco conhecimento da realidade brasileira. Na primeira aula, digo aos alunos: “Cada um tem que dizer uma coisa sobre o Brasil e não pode repetir. Acumulamos 15, 20, 25 coisas sobre o País e, assim, acaba o conhecimento deles sobre o Brasil. Estou falando de jovens norte-americanos de uma boa universidade norte-americana. É interessante as coisas que eles não sabem sobre o Brasil, e as coisas que as pessoas sabem sobre o Brasil. Depois, tem todo um processo de ensinar a realidade de um país do qual eles não têm informação (ou têm pouca informação) e entender essa complexa realidade de 519 anos, se não mais. É um grande desafio. Eu trabalho sempre com fontes, analisando documentos, estudando as leituras e as diferentes interpretações sobre o passado. Na medida do possível, trato de explicar vários debates historiográficos, por exemplo, sobre os anos 1930 — explicar

a importância das obras de Gilberto Freyre, da Frente Negra de São Paulo, dos debates entre os modernistas e Gilberto Freire aqui no Nordeste — para que eles tenham uma certa noção sobre os debates entre os intelectuais que produzem a História do Brasil. Para os meus alunos, é a primeira experiência debatendo a realidade brasileira. Eu adoro fazer isso. Às vezes, eu tenho filhos da elite brasileira que estão nos Estados Unidos porque seus pais os mandaram para nossas universidades. Acabo ensinando a História do Brasil para os que estudaram em escolas privadas, inglesas ou americanas, no Brasil, onde tinha História do Brasil, mas que não prestaram muita atenção. Na verdade, eles estão recebendo uma primeira leitura profunda de várias narrativas sobre a História do Brasil nas minhas aulas. Isso é uma coisa bacana.

Escritas do Tempo: Você poderia expandir um pouco mais essas questões sobre a formação do professor, sobre o ensino de História. Aqui no Brasil, o ensino de História foi retirado do Ensino Médio, não há mais a obrigatoriedade da disciplina escolar História no Ensino Médio. Como você percebe isso?

James Green: Isso é criminal, tem que ser denunciado. É importante divulgar isso internacionalmente, porque isso é uma política oficial do governo de proibir as pessoas de terem acesso a sua história, um acesso crítico, para que as pessoas tenham várias maneiras de entender o passado, para que as pessoas comecem a entender a complexidade, tanto do presente como do passado. Repito, é criminal. A gente tem que lutar contra isso, porque isso é inaceitável. Qual a sociedade que não dá a mínima atenção à História do seu país? E se não se dá atenção à História do Brasil, imagine a história mundial, a norte-americana. É para deixar que as pessoas fiquem ignorantes, sem informação e sem o senso crítico. É uma coisa muito séria.

Escritas do Tempo: Agradecidos.